

MERCADO AGROPECUÁRIO

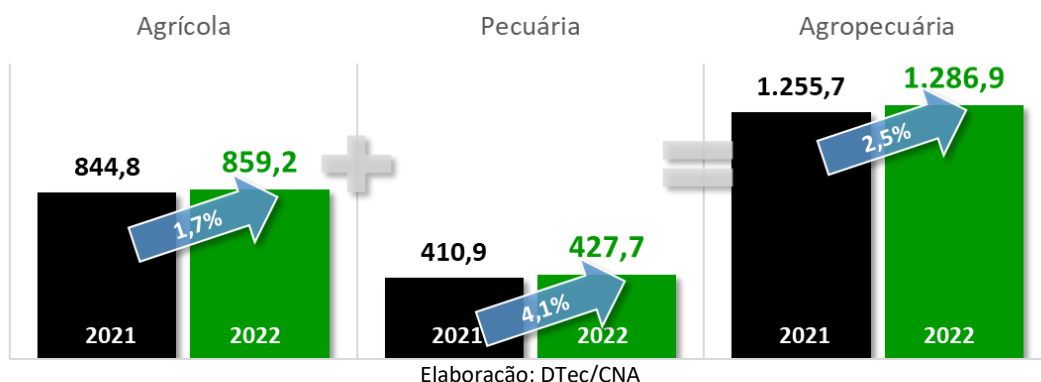
1. VBP da Agropecuária deverá alcançar R\$ 1,29 trilhão em 2022, 2,5% acima de 2021.
2. Prévia do PIB do Banco Central, IBC-Br avança 0,33% em dezembro frente novembro e fecha 2021 com crescimento de 4,5%.
3. Preços do açúcar e etanol brasileiros seguem em queda no mês de fevereiro.
4. Eventos climáticos seguem influenciando oferta e preços no atacado de frutas e hortaliças.
5. Colheita da safra de verão 2021/22 segue adiantada. Situação das lavouras continua crítica no Sul do País.
6. Brasil exportou 2,45 milhões de toneladas de soja em janeiro. Importações de milho começam a cair.
7. Efeitos da estiagem devem a surgir à medida que a colheita do arroz no Rio Grande do Sul avança. Preços domésticos voltam a reagir.
8. Relatório da OIC indica superávit apertado e queda nos estoques certificados de café.
9. COE da pecuária de leite sobe 1,68% em janeiro e relação de troca com o milho piora.
10. Conseleite MT indica estabilidade no valor de referência. Minas Gerais pontua leve alta.
11. Leilão GDT: leite em pó alcança maior cotação dos últimos cinco anos.
12. Balança comercial de leite positiva em fevereiro de 2022. Resultados são animadores.
13. Preços andam de lado no mercado do boi gordo.
14. Cotações dos bovinos de reposição seguem firmes.
15. Alta no preço do suíno nas granjas, mas patamar segue bem abaixo do registrado em fevereiro/21.
16. Carne bovina se destaca nas exportações, porém carne suína apresenta redução importante.
17. Mercado internacional: relatório americano aponta descumprimento de regras comerciais da OMC por parte da China.
18. Evolução das exportações de carne bovina para a China nos últimos 21 anos.

- Indicadores Econômicos -

Valor Bruto da Produção (VBP) – VBP da Agropecuária em 2022 é projetado em R\$ 1,29 trilhão, conforme estimativa da CNA, com valores deflacionados a partir do IGP-DI de janeiro de 2022. Em relação a 2021, o crescimento é de 2,5%. No ramo agrícola, o VBP deverá crescer 1,7%, alcançando R\$ 859,2 bilhões. A quebra na safra de soja afetou muito os resultados do setor. As lavouras, principalmente no Sul do País, foram afetadas por fortes estiagens, reduzindo a produção em 9% comparado à última safra. É esperada uma recuperação na produção do milho de segunda safra, mas ainda é necessário acompanhar o andamento da colheita da soja e semeadura da safrinha. Na

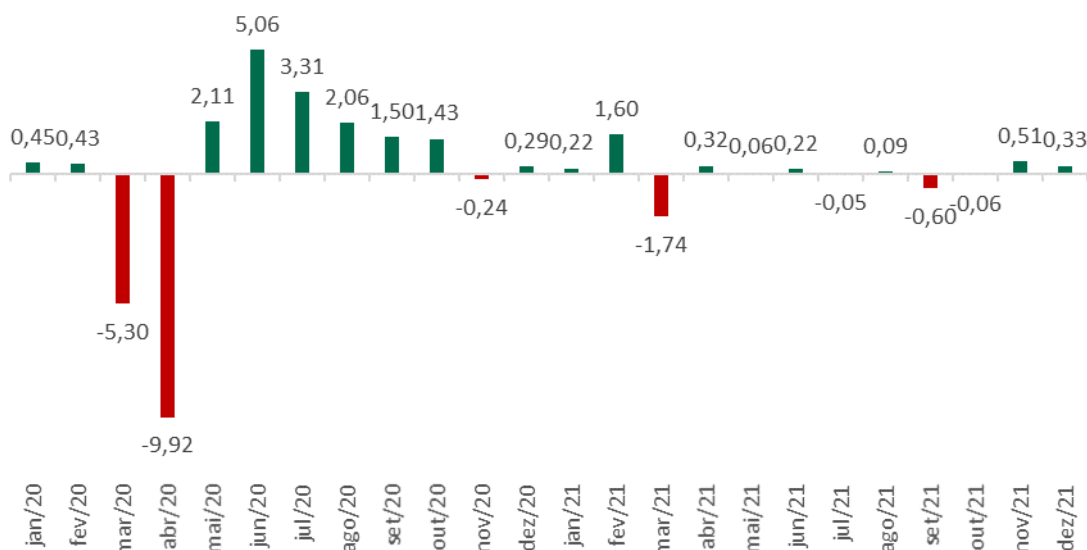
pecuária, o crescimento é de 4,1%, com a recuperação na produção das culturas e manutenção dos preços. As estimativas ainda são conservadoras e é preciso acompanhar a evolução das exportações do País para que os resultados se confirmem. Com isso, a projeção para o VBP do setor é de R\$ 427,7 bilhões.

Previsão de Evolução do VBP Agropecuário (R\$ bilhões)



Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), avança 4,5% em 2021. O IBC-Br apresentou crescimento de 0,33% em dezembro 2021, na comparação com o mês anterior com ajuste sazonal. Na comparação com dezembro de 2020, o IBC-Br registrou alta de 1,30% (sem ajuste sazonal, dado que a comparação é entre meses iguais). No acumulado de 2021, o índice ficou em 4,5%. O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços, além dos impostos sobre a produção. O índice é uma forma de avaliar a evolução da economia e ajuda o Banco Central a tomar decisões sobre a taxa básica de juros (Selic), definida atualmente em 10,75% ao ano.

IBC-Br – Variação mensal (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DTec/CNA.

- Mercado Agrícola -

Cana-de-açúcar – *Preços do açúcar e etanol brasileiros seguem em queda no mês de fevereiro.* [O indicador de preços do Cepea/Esalq para açúcar cristal](#) aponta média acumulada do início de fevereiro até o momento, de R\$ 146,81 por saca de 50 kg, valor 3,86% inferior ao mesmo período do mês anterior, e 37,44% superior ao mesmo intervalo de fevereiro de 2021. A tendência é de que os preços se mantenham em patamares mais baixos, quando comparados aos últimos meses, durante todo o mês. [Em relação ao etanol, os dados demonstraram](#) declínios ainda maiores na primeira quinzena de fevereiro, fechando com média de preços de R\$ 2,87/L para o etanol hidratado e R\$ 3,34/L para o anidro, valores 14,27% e 12,68% menores que os praticados nas primeiras duas semanas de janeiro, respectivamente. Já comparados ao mesmo período de fevereiro de 2021, ambos sofreram incrementos de 31,19% e 35,85%, seguindo a mesma sequência. Com preços mais baixos, as vendas do biocombustível devem ganhar força no restante de fevereiro e março. A previsão é de que no início da moagem da próxima safra que se aproxima, a destinação da cana seja mais voltada à produção de etanol em detrimento do açúcar, em um primeiro momento.

Frutas e Hortaliças – *Eventos climáticos seguem influenciando oferta e preços no atacado.* O mês de janeiro foi marcado por eventos climáticos extremos, com médias pluviométricas superiores às esperadas em alguns estados. A produção de frutas e hortaliças foi impactada, com perdas qualitativas e quantitativas. A primeira quinzena do mês de fevereiro não foi diferente. Regiões produtoras, em especial nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e, mais recentemente, Rio de Janeiro, levaram à redução da oferta de hortifrúteis. Com isso, a análise realizada sobre os preços médios das principais frutas e hortaliças, nas principais Centrais de Abastecimento acompanhadas pela Conab, na primeira quinzena de fevereiro, frente às médias do mês de janeiro, indicam elevação nos preços, sendo destaque a cenoura (59,4%), batata inglesa (41%), mamão hawaii (30,4%) e melancia (27%). Os preços de cenoura atingiram valores recordes e o fenômeno é visto frente às dificuldades na colheita nas principais regiões produtoras para o período, como São Gotardo (MG) e Cristalina (GO), onde tratores enfrentam dificuldades para entrar nas roças pela alta umidade do solo. Soma-se a isso a redução na oferta por perdas na roça, frente a maior incidência de doenças de raiz – como a mela –, quebra de raízes na colheita e também a redução da área plantada na safra de verão 2021/22. Por outro lado, houve retração, embora em menor grandeza, nos preços de uva rubi (-9,1%) e tomate (-6,8%).

Grãos – *Colheita da safra de verão 2021/22 segue adiantada. Situação das lavouras continua crítica no Sul do País.* De acordo com o último [boletim de progresso de safra](#), divulgado pela Conab, 25% da área plantada de soja já havia sido colhida até o dia 12 de fevereiro, aumento de 8,2 pontos percentuais ante a semana anterior e 14,9 pontos percentuais acima do que o registrado no mesmo período do ano passado. As lavouras do estado do Mato Grosso têm apresentado boas produtividades e as chuvas não atrapalharam o avanço das atividades de campo. Cerca de 60% da área destinada para a cultura no estado já foi colhida, abrindo espaço para o plantio do milho segunda safra, que já chega a 58% da área. No Sul, a produção da oleaginosa pode caminhar para uma das maiores quebras da história. Para os próximos dias, são esperados volumes de chuvas insignificativos no Rio Grande do Sul. O clima desfavorável agrava a situação das lavouras que se encontram com mais de 75% em estágio reprodutivo, floração e enchimento de grãos. Em relação ao milho 1ª safra, a colheita chegou a 17,5%, ante 14,6% na semana passada e 17,6% no mesmo período do ciclo anterior. No RS, a colheita atinge 48% e as perdas são altas nesses primeiros cultivos. Segundo [o último informe conjuntural](#), divulgado pela Emater, a redução da produtividade no estado gaúcho é de 53% em relação a projetada inicialmente.

Grãos – Brasil exportou 2,45 milhões de toneladas de soja em janeiro. Importações de milho começam a cair. Segundo dados divulgados pela Secretaria do Comércio Exterior (Secex), as exportações brasileiras de soja em grão em janeiro foram de 2,45 milhões de toneladas, crescimento de 4.853% em relação ao total exportado em janeiro de 2021 (49,4 mil toneladas). Já em comparação com dezembro/21, houve queda de 9,6% ante as 2,71 milhões de toneladas embarcadas. O Rio Grande do Sul foi o principal exportador do País no primeiro mês do ano, respondendo por 18,5% do total nacional ou 453,4 mil toneladas. Já as exportações de milho em grão, em janeiro, foram de 2,73 milhões de toneladas. Alta de 16,5% ante os 2,34 milhões de toneladas exportadas no mesmo mês do ano anterior. A receita obtida com os embarques alcançou US\$ 665,8 milhões, alta de 45% em comparação com o valor registrado em janeiro de 2021. Já as importações de milho que vinham crescendo, começam a cair. Em janeiro foram importadas 162,5 mil toneladas ante 446,3 mil toneladas em dezembro/21.

Arroz – Efeitos da estiagem devem a surgir à medida que a colheita no Rio Grande do Sul avança. Preços domésticos voltam a reagir. Segundo [o boletim de progresso de safra](#), divulgado pela Conab, as atividades de colheita do arroz no Brasil haviam avançado para 4,4% até 12 de fevereiro, dois pontos percentuais acima da semana que se encerrou em 5/2. No RS, maior estado produtor, o clima seco permitiu o avanço dos trabalhos que, segundo [o boletim da Emater](#), chegou a 3% até o dia 17/2 e deve ter uma evolução maior nos próximos dias, com grande parte das lavouras já em maturação. Em relação às fases da cultura no estado gaúcho, 12% estão em germinação/desenvolvimento vegetativo, 31% estão em floração, 35% em enchimento de grãos e 19% em maturação. Produtores seguem preocupados com os efeitos que o estresse hídrico vai causar na cultura, que devem ser detectados à medida que a colheita for avançando. Sem previsão de boas chuvas, o nível dos reservatórios tem deixado o orizicultor em alerta, principalmente na região da Fronteira Oeste do estado. Diante do cenário, as cotações vêm reagindo no mercado doméstico. O indicador Cepea/Esalq de arroz no Rio Grande do Sul girou em torno de R\$ 73/saca na última semana.

Café – Relatório da OIC indica superávit apertado e queda nos estoques certificados de café. A Organização Internacional do Café (OIC) divulgou o [Relatório de mercado](#) referente ao fechamento do mês de janeiro. Para o ano cafeeiro 2020/21, o balanço entre oferta e demanda foi revisado com redução de 0,1% na produção e aumento de 2% no consumo global, resultando em um apertado superávit de 1,20 milhão de sacas. Para o primeiro trimestre do ano cafeeiro 2021/22, a redução na oferta de cafés provenientes da América do Sul refletiu em queda de 19,2% nas exportações desta origem. Em contrapartida, as exportações da Ásia e Oceania aumentaram 29,7% no mesmo período. Ainda de acordo com a OIC, os estoques certificados continuaram a cair nas principais bolsas, descendo 16,2% e 5,4%, respectivamente, nas bolsas de Nova Iorque e Londres. Durante a semana, o mercado de café arábica consolidou-se próximos de 250 cents/lbp. Os fundamentos indicam que os preços devem seguir firmes sustentados pela oferta mais restrita, demanda aquecida no exterior e queda nos estoques certificados. O bom volume de chuvas sobre as regiões produtoras no Brasil aponta para uma recuperação dos cafezais, mas a melhora na oferta do produto deve ocorrer apenas na safra de 2023.

- Mercado Pecuário –

Pecuária de leite – COE da pecuária de leite sobe 1,68% em janeiro e relação de troca com o milho piora. A média Brasil para o Custo Operacional Efetivo (COE) da pecuária leiteira apresentou alta de 1,68% em janeiro, movimento puxado por avanços de 2,54% na suplementação mineral e de 2,35% nos medicamentos, especialmente os antibióticos. Outro fator que impactou diretamente o setor foi o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.100,00 para R\$ 1.212,00, representando 8,21% de incremento

no grupo de custos referente à mão de obra do setor. O cenário dos grãos também afetou a pecuária leiteira no primeiro mês de 2022. Com as revisões de previsão de safra, o preço do milho subiu 9,1% em janeiro, alcançando R\$ 96,04. O cenário indica uma demanda média de 45,5 litros de leite para a compra de uma saca de 60 kg do cereal, 9,7% a mais que em dezembro de 2021.

Pecuária de leite – Conseleite MT indica estabilidade no valor de referência. Minas Gerais pontua leve alta. O Conselho Paritário das Indústrias/Produtores de leite de Mato Grosso divulgou o valor de referência para o leite padrão entregue em janeiro, a ser pago em fevereiro, a R\$ 1,5988, indicando estabilidade ante os valores de dezembro. Já em Minas Gerais, a projeção para fevereiro é que o valor de referência alcance R\$ 1,7509, leve alta ante os R\$ 1,7227 projetados para o mês anterior.

Mercado internacional – Leilão GDT: leite em pó alcança a maior cotação em cinco anos. Em 15/2, o leilão da plataforma internacional Global Dairy Trade apresentou novamente altas generalizadas para os derivados lácteos. O índice geral de preços foi acrescido em 4,2%, movimento puxado por aumentos de 6% no leite em pó desnatado, de 5% na manteiga, 4,2% no leite em pó integral, 3,5% no queijo cheddar e de 3,4% na lactose. O destaque vai para os leites em pó, que atingiram as maiores cotações em cinco anos. A demanda mundial aquecida e a produção ajustada novamente são apontadas como os principais *drivers* do movimento, contexto que trouxe à produção leiteira na Oceania recordes de preços, com o quilo de sólidos do leite alcançando cerca de NZ\$ 10 na temporada.

Mercado internacional – Balança comercial de leite positiva em fevereiro de 2022. Resultados são animadores. As importações de leite caíram quase 62% na média diária de toneladas internalizadas nas duas primeiras semanas de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Em fevereiro deste ano, por dia, em média 262 mil toneladas de leite entraram no País, contra 682 mil toneladas nas duas primeiras semanas do mês de 2021. Quanto às exportações, os resultados também chamam atenção. Até o momento, o volume de leite exportado por dia no mês corrente foi 293% maior do que no mesmo período do ano passado. Isso significa que exportamos, em média, 340 mil toneladas de leite ao dia, frente a 87 mil toneladas ao dia nas duas primeiras semanas de fevereiro de 2021.

Pecuária de corte – Mercado do boi gordo com preços andando de lado. A oferta de boiadas para abate está enxuta, porém, ajustada à demanda dos frigoríficos, que é maior por animais com menos de 30 meses, que atendem os requisitos para exportações da carne para a China. Na semana, a referência para o boi gordo registrou ligeira alta, de 1,13%, com a arroba cotada em R\$ 345,90 em São Paulo (17/2). No caso da carne bovina, a entrada da segunda quinzena do mês impactou negativamente o escoamento no mercado doméstico e a cotação da carcaça casada (boi) ficou praticamente estável na comparação semanal (+0,37%), negociada em R\$ 21,76 por kg no atacado (Cepea).

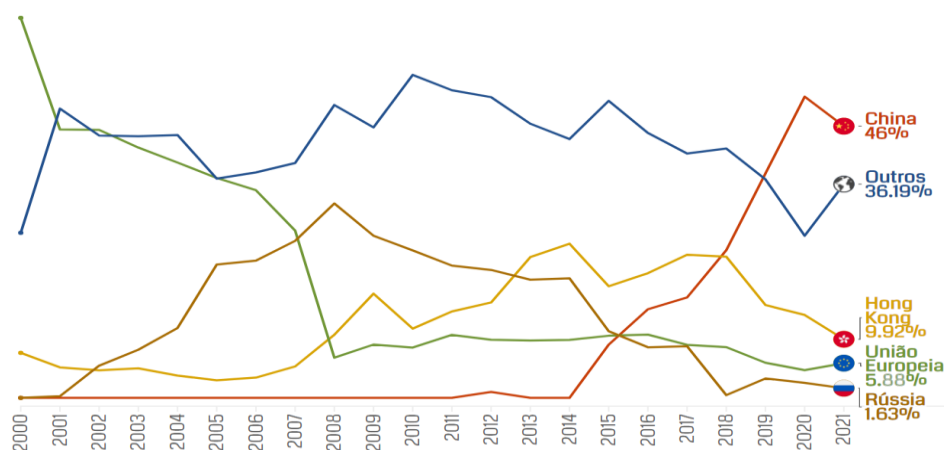
Bovinos para reposição – Cotações estão firmes. Os preços do boi magro e bezerro ficaram estáveis nesta semana, com as referências, em São Paulo, em R\$ 4.133,06 e R\$ 2.973,79 por cabeça, respectivamente (17/2). Já no acumulado do ano, houve alta de 2,50% na cotação do boi magro e aumento de 1,80% para o bezerro, segundo dados do Cepea. A boa procura pelo recriador/terminador e o vendedor firme nas negociações têm dado sustentação às cotações dos animais de reposição. Atualmente são necessárias 12,13@ de boi gordo para a compra de um boi magro na praça paulista, uma melhora de 0,95% na relação de troca na comparação mensal e de 8,32% frente ao mesmo período do ano passado. Para a compra de um bezerro, são necessárias 8,73@ de boi gordo, 0,95% menos arrobas frente a janeiro desse ano e 2,58% menos que em fevereiro de 2021.

Aves e suínos – Alta no preço do suíno nas granjas, mas patamar segue bem abaixo do registrado em fevereiro/21. O preço do suíno vivo subiu 4,44% nas granjas paulistas nesta semana, devido a menor oferta de animais para abate. A alta acumulada neste mês é de 11% e os negócios ocorrem em R\$ 5,65 por kg no estado (17/2). Apesar da reação, o produtor está recebendo 28,84% menos, na comparação com fevereiro de 2021. Atualmente, com o valor de um kg de suíno vivo compra-se 3,51 kg de milho em grão, 38,21% menos que no mesmo período do ano passado. Para o frango de corte, a referência está em R\$ 4,90 por kg vivo (SP), estabilidade na semana. Por fim, no mercado de ovos, houve alta de 10,61% na semana, com a caixa de 30 dúzias de ovos brancos cotada em R\$ 133,94 (SP). No mês, o preço do produto subiu 22,46%, acompanhando a menor oferta na base produtiva e a boa demanda na ponta final da cadeia.

Mercado internacional – Carne bovina se destaca nas exportações, porém carne suína apresenta redução importante. Para a carne bovina, as exportações até a segunda semana de 2022 apresentam resultado muito positivo, movimentando em média 8 mil toneladas por dia, somando US\$ 44,9 milhões diariamente, valores 74,5% superiores à média do mesmo período de 2022. Já para o setor avícola, foram exportadas 131 mil toneladas por dia de fevereiro, em média, e US\$ 24,6 milhões, valor 6,3% inferior ao valor médio exportado por dia, até a segunda semana de fevereiro de 2021. Na produção de suínos foram 27,9 mil toneladas exportadas por dia até o momento de fevereiro, em média, um valor médio de US\$ 6,7 milhões por dia. Infelizmente isso representa 30% a menos do valor negociado no mesmo período de 2021.

Mercado internacional – Relatório americano aponta descumprimento de regras comerciais da OMC por parte da China. O escritório do representante comercial dos Estados Unidos na China (USTR) publicou no dia 16/2 seu relatório anual, no qual aponta desrespeito da China às regras de comércio da OMC por meio de medidas protecionistas e regulamentação estatal das negociações. Os apontamentos americanos não são novidade, mas podem favorecer negociações ente Brasil e China, uma vez que implica em afastamento das práticas comerciais com os EUA. Em relação às *commodities*, Brasil e EUA são tradicionalmente competidores e, deixando de comprar produtos americanos, a China irá buscar suprimento em outros fornecedores.

Mercado internacional – Evolução das exportações de carne bovina para a China nos últimos 21 anos. Atualmente a China é o principal comprador de carne bovina brasileira, mas o cenário nem sempre foi esse. Já contamos com diversos parceiros, como União Europeia e Rússia, e as exportações aumentaram desde o ano 2000 de acordo com o aumento da produção nacional. O [gráfico animado](#), disponível no canal do YouTube do Sistema CNA/Senar, retrata como essa evolução ocorreu ao longo dos últimos 21 anos.



CONGRESSO NACIONAL

1. PEC da reforma tributária será lida na CCJ na próxima quarta (23/2).
2. Câmara dos Deputados debate o papel das empresas na aprendizagem profissional.
3. A Comissão de Agricultura do Senado (CRA) elaborou um documento com propostas que será encaminhado ao presidente da República e a diversos ministros.

Reforma tributária - PEC da reforma tributária será lida na CCJ na próxima quarta (23). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado incluiu a [PEC 110/2019](#), que trata da Reforma Tributária, na pauta da Comissão. O relator da matéria, senador Roberto Rocha (PSDB-MA) garantiu que o parecer sobre a PEC será lido na CCJ na próxima quarta (23).

Aprendizagem profissional – Câmara dos Deputados debate o papel das empresas. A comissão especial do Estatuto do Aprendiz ([Projeto de Lei 6461/19](#)) da Câmara dos Deputados realizará [audiência pública](#), na próxima terça (22), para discutir o papel das empresas na aprendizagem profissional. A audiência está marcada para às 14h30, no plenário 7. O debate pode ser acompanhado ao vivo por meio do [portal e-Democracia](#). Os interessados podem enviar perguntas, críticas e sugestões aos participantes. A CNA participará do debate.

Fertilizantes – A Comissão de Agricultura do Senado (CRA) elaborou um documento com propostas que será encaminhado ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e a diversos ministros. O assunto dos fertilizantes já foi debatido em duas audiências públicas da CRA em outubro passado. O documento foi aprovado, em 17/2, e tem uma compilação das contribuições de especialistas e autoridades durante as audiências públicas realizadas pela Comissão. A CRA propõe também, [de acordo com seu presidente, senador Acir Gurgacz \(PDT-RO\)](#), incentivos tributários para novos investimentos na produção e comercialização desses insumos, assim como a abertura de novas linhas de crédito pelos bancos públicos, para inovação e produção de fertilizantes nacionais.

INFORME SETORIAL

1. Ministério da Infraestrutura e CNA discutem avanços para a implantação do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e).
2. CNA solicita às Federações Estaduais de Agricultura e aos parlamentares apoio para recomposição do Orçamento 2022 nas ações de subvenção ao crédito rural, na forma de equalização de taxas de juros.
3. Comitê Minor Crops Brasil debate demandas do setor e ações para o ano de 2022.
4. Representantes da citricultura se reúnem para debater estratégias de controle mitigação do *greening*.
5. CNA discute padrão oficial para classificação de café torrado.
6. Publicada nova MP que trata da tributação sobre a venda direta de etanol.
7. Ronei Volpi é aclamado para recondução à presidência da Câmara Setorial do Leite.
8. Comissão Nacional de Aves e Suínos debate crise na suinocultura independente.
9. Senar/RS realiza live sobre a Declaração de Cadastro Rural (DCR) on-line do Incra.
10. Ibama lança Portaria Normativa sobre o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (Pnapa).
11. CNA debate sobre Política de Infraestrutura Hídrica e Lei das Águas.
12. PRAVALER/MG: grupo de trabalho retoma atividades rumo à implantação de projeto piloto no estado.
13. CNA e SFB planejam parceria para elaborar um Plano Nacional de Regularização Ambiental.

Documento de Transporte Eletrônico (DT-e) – CNA e Ministério da Infraestrutura discutem avanços para a implantação do DT-e. No dia 16/2, o secretário-executivo do Minfra, Marcelo Sampaio, convidou a CNA, CNI, Aprosoja, Acebra e Anut para agradecer a entrega dos estudos de viabilidade econômica, técnica e operacional do DT-e. Na oportunidade foram informadas as próximas etapas do projeto: tomada de subsídios (publicação em fevereiro), consulta pública (julho), avaliação do Tribunal de Contas da União - TCU (agosto) e publicação de edital (dezembro). O leilão – que definirá a empresa prestadora do serviço, por meio de concessão – deverá acontecer no primeiro trimestre de 2023. Trata-se de sistema de unificação de 40 a 90 documentos utilizados no procedimento de transporte de carga. A previsão é que o projeto-piloto de implantação do DT-e, com produtos agropecuários (graneis sólidos), inicie-se no segundo semestre deste ano.

Crédito rural – CNA solicita as Federações Estaduais de Agricultura e aos parlamentares apoio para recomposição do Orçamento 2022 nas ações de subvenção ao crédito rural, na forma de equalização de taxas de juros. A Diretoria da CNA e as Federações de Agricultura dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul se reuniram para definir a estratégia de mobilização dos parlamentares e do Governo para que se resolva o imbróglgio relativo ao corte de orçamento para a equalização de taxas de juros em 2022, assim como as medidas de apoio aos estados impactados pela seca e pelas enchentes. A CNA solicitou que as Federações mobilizassem suas bancadas estaduais para negociação no Congresso Nacional e com o relator-geral do Orçamento 2022, deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), para adoção de iniciativas legislativas que viabilizam a recomposição das ações orçamentárias de equalização de taxas de juros e renegociações dos prazos de reembolso dos financiamentos em 2022. Além disso, a CNA enviou ofício ao relator-geral do OGU, pleiteando que ele

destine parte dos R\$ 17 bilhões da emenda de relator ao Orçamento para auxiliar com essa questão. A recomposição orçamentária é imprescindível para viabilizar a retomada das contratações de crédito com recursos que demandam equalização na safra 2021/2022, além das tão necessárias renegociações de prazos de reembolso do crédito nas regiões cuja produção agropecuária foi significativamente impactada pela seca ou por chuvas excessivas e o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2022/2023. Nas últimas semanas, a CNA encaminhou diversos ofícios ao Governo Federal e tem se reunindo frequentemente com as equipes técnicas das Secretarias de Política Agrícola dos Ministérios da Agricultura e da Economia para contribuir com a construção da melhor solução.

Minor Crops e Minor Users – Comitê Minor Crops Brasil debate demandas do setor e ações para o ano de 2022. Em reunião do Comitê Minor Crops Brasil, realizada no dia 15/2, representantes do setor produtivo, de indústrias e do Ministério da Agricultura alinharam as expectativas para 2022. O Comitê busca o aprimoramento do suporte fitossanitário para as Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente, ou *Minor Crops* e *Minor Users*, e se baseia na INC nº 01, de 16 de junho de 2014. A INC traz as diretrizes para a extrapolação de uso, de acordo com as culturas, e as respectivas cabeças de chave. O Comitê, em conjunto com produtores e instituições de pesquisa, faz regularmente um levantamento com a indicação de alvos biológicos e culturas as quais não possuem produtos formulados registrados no Mapa de modo a garantir a fitossanidade das mesmas. O último levantamento se encerrou em janeiro e o Comitê aguarda o retorno das indústrias para definição das estratégias de ação. Paralelamente, o grupo debateu a importância do setor produtivo e sua participação no processo de registro e extrapolação de uso. Produtores e instituições de pesquisas podem auxiliar no desenvolvimento de ensaios de eficiência agrônômica, bem como na definição de prioridades dentre os pleitos de registro.

Citros – Representantes da citricultura se reúnem para debater estratégias de controle mitigação do greening. Em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura do Mapa, realizada dia 17/2, representantes do setor citrícola debateram as demandas do setor, em especial as estratégias a serem adotadas para controle e redução da incidência de *greening* em pomares cultivados. O *greening* é uma doença bacteriana, que tem a bactéria *Candidatus liberibacter asiaticus* como a principal causadora da doença no Brasil, segundo a Fundecitrus, e tem como vetor o psílido *Diaphorina citri*. Na reunião foram apresentados estudos realizados pelo Centro de Citricultura Sylvio Moreira e pela Fundecitrus com o objetivo de desenvolvimento de materiais resistentes à bactéria. Foram apresentados também dados sobre o monitoramento de ocorrência do inseto vetor e de dispersão da bactéria no cinturão citrícola de São Paulo e Triângulo/Sudoeste de Minas Gerais. O monitoramento da Fundecitrus indica um cenário de alerta, haja vista a alta dispersão da doença. Como medida de controle e prevenção, a Fundação desenvolveu uma campanha de treinamento e conscientização no campo, indicando aos produtores a importância do monitoramento, controle e, em especial, erradicação de planta infectadas, de modo a reduzir o inóculo em campo. Paralelamente, a Secretária de Agricultura e Abastecimento de São Paulo e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) pontuaram as estratégias adotadas, como instrução a campo e retomada de atividades de fiscalização em propriedades e viveiros de mudas.

Café – CNA discute padrão oficial para classificação de café torrado. Em seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no dia 16/2, a CNA defendeu a visão do setor agrícola sobre o estabelecimento de um Padrão Oficial de Classificação (POC) para o café torrado. O evento debateu a [Portaria nº 364/2021 do Mapa](#), que abriu consulta pública sobre a instrução normativa que estabelecerá o Regulamento Técnico do Café Torrado. A CNA apontou que o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade do mercado consumidor de café é pleito antigo do setor produtivo. A proposta de Portaria cumpre as exigências legais e de competências do Mapa e segue em coerência com as exigências da cadeia de valor ao garantir transparência aos parâmetros de identidade, qualidade e inocuidade do produto em continuidade aos esforços já feitos pelos produtores rurais.

Etanol – Publicada nova MP que trata da tributação sobre a venda direta de etanol. O Governo Federal publicou dia 15/2, no Diário Oficial da União, a Medida Provisória 1.100/2022 para promover ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível. A medida provisória restabelece dois artigos que tinham sido vetados pelo presidente Bolsonaro ao sancionar a Lei 14.292/2022, que permitiam aos produtores/importadores de etanol, inclusive as cooperativas sucroenergéticas, de negociar o biocombustível diretamente com o varejo. Bolsonaro havia alegado que a medida implicava renúncia fiscal, já que as cooperativas possuíam regime tributário diferente, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, a MP 1.100/22 visa corrigir essa situação, permitindo que as cooperativas atuem na venda direta do etanol, alterando as regras de recolhimento das contribuições incidentes sobre a receita bruta de comercialização, ajustando-as ao tipo de vendedor (produtor, importador ou cooperativa). A MP segue para análise pelo Congresso Nacional.

Pecuária de Leite – Ronei Volpi é aclamado para recondução à presidência da Câmara Setorial do Leite. Em reunião extraordinária realizada dia 18/2, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do leite e Derivados do Mapa aclamou o atual presidente, Ronei Volpi, como sugestão de nome para uma nova gestão frente o colegiado. Com mandato de dois anos, na primeira gestão foram alcançadas importantes vitórias para o setor leiteiro nacional frente os desafios decorrentes da pandemia, como o reconhecimento da atividade leiteira como fundamental e a permissão para que indústrias SIF captassem leite de indústrias com outros níveis de inspeção, entre outras. Volpi, que também preside a Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, agradeceu a confiança do grupo, todo o apoio prestado pela CNA e enalteceu os desafios a serem enfrentados em 2022, como a escalada dos custos de produção e a definição de estratégias para que o leite brasileiro conquiste o mercado internacional. A sugestão será encaminhada à ministra Tereza Cristina para validação e homologação.

Aves e suínos – Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA discute crise na suinocultura independente. A reunião, realizada em 14/2, discutiu a crise na suinocultura independente e possíveis ações para amenizar as dificuldades dos produtores. No encontro foi apresentado pelo presidente da Comissão, Iuri Pinheiro, o panorama dos mercados de carnes, destacando o crescimento da oferta nos últimos anos e queda no preço de venda do suíno. Já o assessor técnico da CNA, Rafael Lima Filho, falou sobre o cenário dos grãos e aumento nos custos de produção da atividade. Na sequência, o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), Marcelo Lopes, apresentou as ações e medidas sugeridas pelo setor diante da crise, entre elas, a prorrogação do prazo de pagamento dos custeios pecuários, a manutenção da isenção das alíquotas de contribuição incidentes na importação do milho (Pis/Cofins) até dezembro de 2022 e a reativação da linha de crédito de custeio direcionada à retenção de matrizes suínas. Por fim, o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Nelson Fraga, falou sobre a renegociação de dívidas pelos suinocultores independentes, citando a possibilidade de deslocar recursos dos Fundos Constitucionais para a criação de novas linhas de crédito de custeio, prorrogação de dívidas e de fomento ao setor.

Cadastrais rurais – No dia 17/2, o Senar/RS realizou live sobre o cadastramento de propriedades rurais no Sistema Nacional Cadastro Rural (SNCR) do Incra, por meio da Declaração de Cadastro Rural (DCR) online. Os assessores técnicos do Senar apresentaram o passo a passo para criar uma conta "gov.br" e para acessar o DCR do Incra. Destacaram que o produtor não precisa ter o certificado digital para acessar a DCR de forma online. Outro ponto ressaltado é que o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) é documento indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e, sem esse documento, o produtor fica impossibilitado de obter financiamento bancário. A vinculação do CCIR no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), para os imóveis acima de 50 módulos

fiscais (MF), já teve o prazo expirado em dezembro do ano passado. É importante que o produtor entre no site do CNIR e faça a integração de cadastro entre do Incra e da Receita Federal para não gerar uma pendência cadastral e ficar impedido de emitir a Certidão Negativa de Débito (CDN). Para imóveis abaixo de 50 MF, o prazo vai até 31/12/2022. A CNA elaborou comunicado técnico sobre a Integração do SNCR e do Cafir para formação do CNIR, disponível no link: <https://www.cnabrazil.org.br/boletins-tecnicos/integracao-do-sncr-e-do-cafir-para-formacao-do-cnir-cadastro-nacional-de-imoveis-rurais> Segue o link da live: <https://www.youtube.com/watch?v=zoMkGg7TGiy>

Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – No dia 17/2, o Ibama lançou a Portaria Normativa que dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) para o ano de 2022. Para a execução do PNAPA 2022 deverão ser observadas as competências federais, bem como as diretrizes, as orientações e as prioridades do Governo Federal em relação às políticas públicas sobre o meio ambiente. As ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia serão prioritárias para a fiscalização ambiental, além das ações de manejo integrado do fogo (MIF), que serão prioridade do Programa de Brigadas Federais como meio de prevenção aos grandes incêndios florestais. Segue o link da Portaria: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-normativa-n-2-de-17-de-fevereiro-de-2022-381109435>

Uso da água no setor agropecuário – A CNA participou, na quinta (17), de um seminário para discutir o aprimoramento da política nacional de recursos hídricos e gestão de água no País, promovido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A assessora técnica Jordana Girardello participou do evento levando as preocupações e inseguranças que a proposta de [Projeto de Lei nº4546/2021](#) traz ao setor agropecuário. Segundo ela, as sugestões de aprimoramento da Lei nº 9433/1997 provocam uma ruptura na governança dos recursos hídricos e na gestão participativa prevista pelas atribuições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), sem compreender acordos, arranjos e realidades locais. A segurança hídrica deve ser pensada de forma macro e não apenas com obras de infraestrutura e regulação de serviços que não vão trazer segurança alimentar, energética e de abastecimento necessários e vitais para o desenvolvimento do País. Por fim, afirma que a Confederação vai enviar as contribuições e aprimoramentos no intuito de trazer segurança ao setor, respeitando os conceitos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos como uma política descentralizada e participativa.

PRAVALER/MG – Grupo de trabalho retoma atividades rumo à implantação de projeto-piloto no estado. A assessora técnica e coordenadora do Programa PRAVALER, Cláudia Mendes, promoveu e participou da reunião do GT de Minas Gerais, no dia 18/2, contando com a presença de todas as instituições parceiras, destacando a participação da Faemg e Senar/MG. O cenário encontrado no estado é muito positivo em função da sinergia com o projeto Paisagens Rurais, também desenvolvido em MG, e a existência de recursos financeiros em grandes volumes oriundos da Cemig e da Cargil, que serão colocados à disposição dos produtores implantarem os projetos de regularização. As próximas etapas serão: elaboração do ACT para oficializar o PRAVALER no estado e elaboração do plano de trabalho. A expectativa é que o lançamento oficial do projeto-piloto ocorra até o fim de março ou início de abril de 2022.

CNA e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) planejam parceria para elaborar um Plano Nacional de Regularização Ambiental. A CNA participou de reunião com dirigentes do SFB para discutir a criação de um Plano Nacional de Regularização Ambiental para estruturar e pactuar a agenda de regularização ambiental, descrevendo o passo a passo e as responsabilidades institucionais nos níveis federal e estadual, com estabelecimento de metas e, talvez, havendo dotação orçamentária. A ideia é que esse plano gere uma política como é hoje o ABC. Isso se justifica porque o processo de regularização não está

conseguindo chegar no PRA que é onde o produtor encontrará os benefícios da regularização. Via decreto, o Plano será estruturado e a CNA será convidada a fazer parte do comitê gestor.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

- 21/2 – Reunião conjunta entre Comissões Nacionais de Meio Ambiente, Cereais, Fibras e Oleaginosas e Pecuária de Corte e Leite
- 21/2 - Reunião da Câmara Setorial da Equideocultura do Mapa, às 14h30
- 21/2 – Reunião com Ministério da Saúde sobre a Portaria nº888/2021 e poços na zona rural
- 21/2 – Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação do CNRH
- 22/2 – Reunião com o Ministério da Economia sobre o Projeto de Lei 4.188/2021 (Reforma das Garantias Reais)
- 22/2 – Câmara Setorial de Hortaliças do Mapa
- 22/2 – Reunião do Conselho Consultivo Nacional da Plataforma Global do Café
- 23/2 – Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais do CNRH
- 23/2 – Câmara Setorial de Mandioca e Derivados do Mapa
- 23/2 – Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Agrofloresta
- 24/2 – Câmara Setorial de Fruticultura do Mapa
- 24/2 – Reunião do Grupo de Trabalho Econômico da CNA
- 24/2 – Alinhamento de ações com a *Climate Bonds Initiative* (CBI)
- 24-25/2 – *Agricultural Outlook Forum* (USDA)
- 25/2 – Monitor de Seguros Rurais – Florestas